

Aula inaugural

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS

Por que este bicho estranho, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras sendo criada ao mesmo tempo que a Universidade de São Paulo? Trata-se apenas dum cacoete de filósofo que pretende introduzir na pedra inaugural do novo templo do saber a idéia de *pars totalis*? Como foi possível não só imaginar mas ainda criar uma faculdade singular visando ser a faculdade de todas as faculdades?

A invenção não foi apenas formal, respondeu a questões precisas com que defrontaram os fundadores dessa Universidade, em 1934, momento de sua fundação. Desde logo o instituto a ser instalado precisava costurar o velho com o novo. Escolas já enraizadas (Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola Politécnica), cultivando tradições diversas e projetos diferentes, deveriam ser cimentadas a instituições universitárias que nasciam para dar completude a um projeto propriamente universitário. À Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras coube o papel de refletir a operação que se encetava. E refletir nos dois sentidos básicos dessa palavra: de um lado,

ser o espelho do tabuleiro onde os novos dados seriam lançados; de outro, pensar sobre a nova realidade enquanto momento de renovação do processo cultural brasileiro.

"Revolução de 30" é mais do que um nome. Uma historiografia canhestra, a gosto da superficialidade dos últimos tempos, quer reduzir seu processo de identificação e individualização a um gesto dos vencedores que pretendem encobrir o trabalho de formiga dos vencidos.

Com isto deixa na sombra a rede que vai além da polaridade pontual da vitória e da derrota. Muito se falou a respeito da reação da oligarquia paulista vencida em 32, que tentou dar a volta por cima, reconquistar no plano ideológico o que perdia no plano prático. O próprio nome deste campus, "Armando de Salles Oliveira", o líder conservador dos paulistas, cuja negociação com o governo Vargas possibilitou esta universidade, revela este viés de tomar o mar por suas vagas e não faz justiça ao movimento de renovação cultural, iniciado nos anos 20 (lembrem-se da Semana de 22), que se prolonga na fundação da Universidade

ural de 1987

AS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

José Arthur Giannotti

de São Paulo. E com idas e vindas, refletindo a própria luta que se instalou no seio da Universidade, esta foi absorvendo aos poucos figuras nacionais, cujo perfil já tinha sido desenhado anteriormente: Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e tantos outros.

A fundação da Faculdade de Filosofia como *pars totalis* visava, assim, resumir um processo universalizante, a própria criação duma nacionalidade travada incorporando as populações urbanas, de que a Revolução de 30 era o fenômeno mais gritante. Luciano Martins, num estudo a ser publicado sobre os intelectuais brasileiros dessa época, defende a tese, correta a meu juízo, de que para esses intelectuais a tarefa era criar uma *intelligentzia*, a saber, um grupo de praticantes da cultura que se define como grupo, recorta sua identidade num relacionamento dialético com as outras forças da sociedade, e se coloca objetivos precisos. A Universidade de São Paulo se instalou como peça essencial desse processo. Os grandes juristas da Faculdade de Direito, como Reynaldo Porchat, os médicos humanistas da Faculdade de Medicina, os

engenheiros fáusticos da Escola Politécnica, como Theodoro Ramos, foram intelectuais vigorosos talhados com o mesmo perfil dum Mario ou de Oswald de Andrade, que, a despeito de se integrem em movimentos intelectuais, não se definiam como elementos dum grupo plural, contraditório, mas unido para cumprir uma tarefa única de âmbito nacional. A Universidade de São Paulo inaugura um novo tipo de intelectual, e o faz emprestando-lhes um *status* específico, o de professor.

Gloriosamente instalada na condição mônada da Universidade, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinha como missão formar os professores dos professores, preparar tanto seus quadros futuros como os docentes do segundo grau. Esta predominância da docência sobre a pesquisa, como salienta Eunice Durham no seu último texto sobre a Reforma Universitária, o mais belo de todos os que conheço escritos nestes tempos, tem raízes na própria cultura brasileira. A missão estrangeira que foi incumbida de colocar a nova Faculdade num padrão internacional atuou sobretudo através da docência.

Uma tradição imperial, trazer heróis civilizadores da Europa, é retomada e transformada, a fim de que esta Faculdade pudesse cumprir sua tarefa reflexionante. Cada parte do conhecimento deveria contar com um representante da metrópole, de sorte que o terceiro andar da Escola Normal Caetano de Campos, a primeira residência dela, se transformou numa miniatura da torre de Babel. Os pobres estudantes de imediato foram expostos a línguas diferentes e que pouco conheciam. Ainda no meu tempo se comentava o embaraço daquele aluno que, ao sair dum curso de matemática dado em italiano, perguntara a um colega quem era aquele sacerdote "Fra di loro", tão citado pelo professor.

Só o gênio de Lévi-Strauss seria capaz de descrever todas as facetas dessa experiência extraordinária que foi o contato dos professores estrangeiros, em particular da missão francesa, com a primeira leva de estudantes brasileiros. Infelizmente ele só se deteve num aspecto, o lado provinciano da cultura paulista. Talvez vingança dum jovem professor que foi uma das primeiras vítimas das rasteiras administrativas que marcaram a vida desta Faculdade, pois teve problemas com seu contrato ao retornar de sua viagem de estudo pelo interior do Brasil. Seja como for, o capítulo de *Tristes Trópicos* dedicado a São Paulo é um dos mais deliciosos deste maravilhoso livro.

Tenho que cumprir um mandato: não me cabe fazer uma análise geral desta Faculdade, mas apresentá-la aos calouros, sob a forma dum testemunho de como eu mesmo a vivi e com ela travei um destino comum a muitos de nós. Tudo o que mencionei até agora foi à guisa de introdução. E por isso deixo de lado o que foi a primeira geração, desde o aluno matriculado sob o número um, João Cruz Costa, até o grupo que editou a revista *Clima* — Antonio Candido, Décio de Almeida Prado, Lourival Gomes Machado e outros da mesma importância. Estes aparecerão, contudo, como os meus professores. Outras aulas magnas deverão tratar no pormenor deste tópico. Como funcionário bem comportado, a despeito de aposentado, convém desde logo iniciar meu testemunho e tomar ares mais confessionais. Testemunhos são fragmentos. A minha entrada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi precoce, tal-

vez uma das poucas coisas precoces que andei fazendo pela vida. Em 1947, com meus 17 anos, já decidira fazer o curso de Filosofia. Mas, basicamente, para estudar estética; minha amizade com Oswald de Andrade me enchia a cabeça de literatura. E foi o próprio Oswald quem me indicou um seminário orientado por Vicente Ferreira da Silva, que, numa garagem da rua General Jardim, reunia alguns interessados em estudar Platão. Menciono este fato para lhes mostrar um fiapo do que era o ambiente intelectual paulista nesta época. Oswald, na sua efervescência revolucionária e anárquica, Vicente, pensador fascista ruminando Heidegger, estavam em pólos opostos, mas as brigas se davam em família, uns freqüentando a casa dos outros. O mais arredo era Cruz Costa, que numa dessas rixas tentara quebrar seu guarda-chuva nas costas do pobre Vicente.

Via-me no caminho da Filosofia, mas não me entusiasmava o curso clássico, mais fraco do que o científico e mais cheio de literatice, que era o rumo natural dos estudantes de meu tipo. Além disso, devia continuar estudando latim, que era matéria de vestibular. Seguindo os conselhos duma funcionária da Biblioteca Infantil, onde passava as tardes com minha turma de infante-intelectuais, resolvi o impasse, cursando o científico e me matriculando, como aluno ouvinte, em Letras Clássicas. Foi assim que no início do ano letivo pulei pelas escadas do Caetano de Campos até o terceiro andar e, emocionado, mergulhei no elemento dos estudos literários.

O curso já perdera aquele caráter mundano a gosto da primeira geração. Havia desaparecido os carrões estacionados na Praça da República, as damas de chapéu ouvindo os lentes como se estivessem no Colégio de França, o grande dândi, Jean Mogúé, não mais deixava, pela tarde, seu banho perfumado no Hotel Esplanada e se dirigia a um auditório boquiaberto dissertando sobre Marx ou o racionalismo francês. O ambiente já ganhara seu cunho pequeno-burguês e mais pedestre. Logo me dei conta da desigualdade impressionante dos cursos. Se me entusiasmava com as aulas de Fidelino de Figueiredo (particularmente me lembro dum curso sobre Herculano), ou seguia com cuidado as lições do jovem Eduardo

França sobre a formação da *polis*, não suportei as aulas de grego (o curso ainda não passara pelo safanão dado pelo Aubreton), nem podia suportar as impertinências de Silveira Bueno, suas elucubrações filológicas e seu nepotismo, no sentido literal do termo, pois o velho professor nos impingia a sua e a ignorância de sua sobrinha. Mas, apesar de tudo, esses dois anos me transformaram.

Esta, creio eu, é a marca que a Faculdade tem deixado nas levas de alunos que por aqui têm passado. O estudante convive com cursos de qualidade extremamente desigual, quase sempre sem conexão entre si, desgarrados dum planejamento pedagógico coerente. O pensamento novo lhe advém pela porta dos fundos, principalmente pelos contatos informais. Mas a convivência com os colegas e a exposição a uma bibliografia mais organizada quebravam o autodidatismo vigente. Logo compreendi que entre meu trabalho intelectual e a preparação dos cursos havia uma distância. No início de cada semestre me impunha um programa, somente interrompido pela confecção dos trabalhos escolares e pela preparação dos exames. As férias eram aquela festa de liberdade exploratória. Infelizmente, ainda hoje percebo que alguns estudantes só logram atravessar as barreiras da burocratização dos cursos entregando-se a esta esquizofrenia intelectual.

Já foi com este espírito que me matriculei no curso de Filosofia. Ainda funcionava o sistema de cátedras, ocupadas interinamente por João Cruz Costa e Lívio Teixeira. Cada um com seu grupinho de assistentes com desempenhos díspares. Uns preparavam conscienciosamente suas aulas, outros faziam demagogia filosófica, quando não entravam pela demagogia política pura e simplesmente. Lembra-me um episódio curioso: a campanha do "petróleo é nosso" estava nas ruas. João Cunha Andrade passou o semestre discutindo as questões políticas levantadas pela criação da Petrobrás. Veio o exame final, que deveria consistir na discussão dum tema filosófico dado de improviso. Um aluno copiou conscienciosamente o tema no topo da página e mergulhou na discussão política. Aprendera a lição do professor, levou zero mas provocou escândalo.

O escândalo era nova arma juvenil. Escandalizávamos, muito timidamente na verdade, os professores nas salas de aula, inserindo brincadeiras nas provas,

aparecendo nas aulas sem gravata, ou fazendo excursões até a Biblioteca Municipal para perturbar a pompa dos conferencistas sentenciosos. A primeira manchete que consegui foi por ter brigado numa conferência de Heraldo Barbuy, velho líder integralista. No dia seguinte um jornal estampava "Bofetadas por causa de Hegel".

Eram os resquícios do espírito de Macunaíma, das irreverências de Oswald, das chacotas de Cruz Costa que nunca mencionava o SER, sem traduzi-lo como Serviço de Entregas Rápidas. Aos poucos, porém, íamos sendo convertidos à seriedade acadêmica e nos transformando em discípulos dos "chato-boys" — era assim que Oswald nomeava a geração *Clima*.

Este processo implicou ganhos e perdas. O traço mais marcante, creio eu, de minha geração foi profissionalizar a produção intelectual. Ainda me espanto quando os jornais tratam meus colegas e eu mesmo de "filósofos". Um fuinha das comunicações andou gozando, dizendo que não existem filósofos no Brasil. Engano seu. Cabia-lhe assinalar o deslize semântico da palavra, que, hoje em dia, designa apenas uma categoria, como aquela dos torneiros ou dos médicos, que simplesmente reúne pessoas ganhando a vida ensinando Filosofia. Neste sentido, filósofos existem no Brasil como em qualquer outra parte do mundo. E assim como há médicos que não sabem medicina, há filósofos que não sabem filosofia. No entanto, essa categorização da profissão é sintoma duma nova etapa da cultura brasileira. Aquela situação, em que autodidatas excepcionais ocupavam uma fatia do saber e se tornavam representantes dela, cedeu lugar para uma competição feroz, cada especialização demandando uma fatia do mercado de trabalho. Isto só se tornou possível porque hoje existe uma produção contínua e mediana de filosofia e de ciência, que pode sustentar uma investigação mais aprofundada de alguns intelectuais mais dotados e persistentes, mas que, em compensação, tendem a perder espontaneidade e agressividade. Não foi só a repressão da ditadura militar, que mencionaremos rapidamente depois, que quebrou o ímpeto crítico da cultura paulista. Nossa profissionalização também é responsável por isso. Tornamo-nos mais sérios, mais competentes, estamos perdendo, contudo, a capacidade de improvisar e de ousar.

ARua Maria Antônia funciona hoje como o mito do paraíso perdido. Mas não há dúvida de que foi o período juvenil de minha geração. Creio que as duas fases, a de estudante e a de professor, foram muito diferentes. A primeira nos forjou para a competência e para a profissionalização. No que concerne à filosofia, cabe destacar o papel pioneiro de Gilles Gaston Granger. Toda minha turma de imediato foi exposta ao rigor do treinamento francês, aos cuidados da explicação de texto, à necessidade de alienar-se no circuito fechado, por certo demasiadamente fechado, numa arquitetura filosófica que punha cada filósofo no seu galho. E o delírio, absolutamente necessário, do cálculo lógico moderno logo nos colocou em contato com as exigências da filosofia analítica. Mas por este caminho fomos sendo empurrados para uma concepção de filosofia que rivaliza com a ciência, que, no mínimo, pretende construir-lhe um fundamento de que ela não precisa na sua prática. Nosso pensamento foi de tal modo inspirado pelo construtivismo que não aprendemos a conviver com a contradição. Quando mergulhamos na vaga fenomenológica, para escândalo de Cruz Costa, que via nisso compromisso com a direita heideggeriana, foi pelas portas do intelectualismo. A razão prática não era nosso forte.

A fase estritamente docente configura o projeto numa cultura propriamente acadêmica. Ao contrário do que acontece hoje, nós como estudantes vivíamos a Faculdade; o corredor e o bar eram os lugares geométricos de nossas discussões, de nossas amizades, de nossos amores. Quando nos transformamos em jovens assistentes, a Faculdade era para nós uma forma de vida. Isto explica como nosso projeto cultural era produzir cultura pelo valor intrínseco dessa cultura. Isto não significa qualquer desconexão com o que se passava pelo país; muito pelo contrário, a necessidade de conhecer o Brasil se punha cotidianamente e muitos tinham participação política. A relação com o PC era um problema. Também participávamos do entusiasmo desenvolvimentista, sabíamos que grandes cartas estavam sendo jogadas, mas acreditávamos que, além do engajamento político-partidário, ainda nos cabia participar pela fresta de nossa profissão: formar a nós mesmos e os futuros quadros da universidade, de tal modo que nossa

produção intelectual fosse um processo de abertura dum espaço propriamente acadêmico onde problemas e soluções pudessem ser pensados.

A interdisciplinaridade era o pão cotidiano. Nos corredores, no Grêmio, mais tarde nas comissões e na Congregação havia uma convivência de todas as disciplinas numa Faculdade que se punha como o resumo da universidade. Começamos os primeiros grupos de estudos interdisciplinares. É sabido que de 1959 a 1964 uma turma se constituiu em volta da leitura d'O *Capital* de Marx. Cabe notar as intenções do grupo. Antes de tudo, retorno ao texto, a necessidade de repensar Marx pela raiz em toda sua complexidade, da filosofia à economia. Depois, a necessidade de pensar um marco teórico comum às várias disciplinas e dotado de coerência interna — era impossível aceitar, por exemplo, o sincretismo de Florestan Fernandes, que via nos métodos de Durkheim, Weber e Marx três abordagens compatíveis entre si, cada uma útil a seu modo para capturar a complexidade da vida social. Além disso, era urgente confrontar experiências diferentes, vividas em departamentos diferentes; havia sede por informação, pois tão importante quanto o seminário quinzenal era a conversa, bem comida e bem bebida, que se prolongava pela noite. Finalmente, a tarefa de repensar o marxismo como o quadro ideológico em vista do qual se punha o problema da reforma ou da revolução.

Como reagimos à explosão do ISEB exemplifica o núcleo e as limitações de nosso projeto. De repente se forma no Rio de Janeiro um grupo de intelectuais militantes, dispostos a criar uma ideologia nacional, proceder a uma espécie de substituição de importação cultural, a fim de solidificar as bases do desenvolvimentismo juscelinista. Desde logo nos consideramos distanciados por anos-luz da empreitada carioca, que nos parecia resquício da improvisação contrária à vida acadêmica de nossos sonhos. Os livros de Guerreiro Ramos ou de Álvaro Vieira Pinto sabiam peças arcaicas, elucubrações erráticas de intelectuais em busca de influência no aparelho do Estado. Enfim, produtos de gente sem postura acadêmica. Ao invés de proceder à crítica sistemática dessa produção que invadia a consciência nacional, decidimos nos manter em silêncio, certos de que a onda passaria, como de fato passou. Mas

com isso perdemos a oportunidade de perceber que, em nosso academicismo, na rigidez de fazer da Faculdade um modo de vida, estávamos perdendo uma ocasião crucial para entender toda a história brasileira, as relações da cultura com o Estado, este mesmo Estado que logo nos viria atropelar.

O golpe de 64 começa a devorar a Universidade de São Paulo pelos pontos mais críticos. Durante seus primeiros anos ela tinha sido dominada por uma oligarquia de intelectuais velho estilo, associando professores da Faculdade de Direito, Escola Politécnica e rachando ao meio a Faculdade de Medicina. Nesta é que se torna aguda a luta de gerações, ocorre o entrelaço entre duas concepções da cultura médica, de um lado, o humanista e confessor, de outro, o pesquisador procurando remédios novos para nossas doenças individuais e sociais. O ímpeto por uma nova forma de pesquisa e por uma nova forma de medicina preventiva e social começou a acuar os velhos professores, principalmente quando este grupo se alia a novas faculdades, em particular à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A nova aliança permite a eleição dum reitor progressista, Antônio Barros Cintra, dando início a um lento processo de reforma. Mas 64 foi a oportunidade da reação dar o troco, aniquilando o grupo de Samuel Pessoa, que conseguira reunir em torno de si jovens pesquisadores de altíssimo nível e de grande consciência política. A aliança dos rinocerontes universitários com os militares permitiu que o reitor Gama e Silva segurasse a reforma e, ao ser guindado para o Ministério da Justiça, pudesse, graças aos instrumentos do AI-5 que ele mesmo ajudou a redigir, fazer o expurgo de 69, justamente quando o poder retornava à aliança Medicina-Filosofia, graças à reitoria de Hélio Lourenço.

Nesses anos difíceis o barco da Filosofia foi comandado por Eurípedes Simões de Paula. Historiador sem méritos, mas pronto a negociar com as forças emergentes, conservador no interior do Departamento de História, mas capaz de aliar-se aos jovens turcos que não punham em risco seu coronelismo interno, este hábil político teve o mérito de arredondar as arestas entre os grupos em

choque, permitindo uma convivência que preservou a Faculdade nos primeiros anos da ditadura. Aliás, sua história merece uma biografia, pois através das peripécias de sua vida é possível desvendar a grandeza e o drama da instalação da universidade paulista.

O estouro começa em 68. Na superfície vinha o movimento estudantil, que, de Paris, se espraia pelo mundo inteiro. Mas este movimento só tem sentido para nós se estivermos atentos às maneiras pelas quais foi repostado em nosso contexto. Não é o caso de perguntar o que motivou os estudantes a saírem em luta reclamando a gestão paritária. A análise desse processo requer uma compreensão mais fina do que vem a ser jovem no mundo contemporâneo, dessa radical transformação por que passa o tradicional conflito das gerações. E disso tudo conhecemos muito pouco. Quase nada sabemos do obstáculo com o qual os jovens deparam hoje e que nasce do simples fato dos homens em geral estarem vivendo muito mais e, portanto, ocupando lugares que antigamente lhes era destinado de modo natural. Pouco sabemos dos efeitos da nova divisão do trabalho num mercado travejado por categorias que tratam de guardar o monopólio dum conhecimento qualquer, dos efeitos sobre a própria formação desses jovens enquanto trabalhadores. Pouco sabemos sobre a revolução sexual propiciada pelo avanço dos anticoncepcionais na própria determinação do masculino e do feminino. Pouco sabemos de como se exercem os micropoderes na família e na própria escola, nesta inquietante sociedade de massas. Diante dessas e tantas outras ignorâncias, os movimentos juvenis a partir de 68 devem ser analisados com muita cautela e modéstia.

Seja como for, um dia os alunos comecem a se reunir e solicitar participação na gestão universitária. Foi uma luta fazer com que a Congregação da Faculdade aceitasse a formação de comissões paritárias que avaliassem as reformas. Foi-me difícil manter uma atuação moderada no meio de tantos ânimos exaltados. Se lutava pela constituição das comissões paritárias, desde logo me colocava contra uma gestão paritária em todos os níveis. Tenho repetido e refundido meus argumentos durante todos esses anos e não vale a pena repeti-los agora. Neste momento interessa lembrar como a Faculdade explodiu.

Os políticos estudantis da UNE tinham em geral uma posição muito clara: desde que a luta contra a ditadura era o objetivo principal, desde que a própria universidade era pouco eficaz, pouco importava se ela fosse queimada na fogueira se isso incendiasse o país, restaurasse a democracia e instalasse o socialismo. Nosso grupo não via qualquer possibilidade de fazer uma espécie de revolução cubana no Brasil, principalmente num momento em que a economia se lançava numa nova etapa de desenvolvimento e que estreitava seus vínculos com a economia internacional. A guerrilha urbana, uma aventura que, a despeito de sua generosidade comovente, só poderia colocar obstáculos ao lento processo de democratização. Diante deste quadro, preservar as novas formas de vida acadêmica, como lugar de pensamento autônomo e de formação de futuros quadros, aparecia-nos como uma tarefa urgente de que não se podia abrir mão. E se fomos marginalizados pela radicalização do processo, o mais triste era perceber o isolamento em que a própria Faculdade mergulhava no seu ato heróico de desespero.

Lembro-me nitidamente. Era um domingo, pela tarde. Atravessei a Rua Maria Antônia para chegar a meu apartamento, na Rua Itambé. Da Faculdade ocupada pelos alunos, borbulhavam os acordes da Internacional. Tudo era deserto sob o sol quente de verão. O movimento estudantil tinha sido isolado pelos cordões da ditadura como um tumor; a questão agora era saber se iriam extirpá-lo ou simplesmente deixar definhá-lo de per si. O início das aulas, as reuniões clandestinas da UNE no prédio da Maria Antônia, a cobrança de pedágio pelos estudantes na tentativa de coletar fundos criaram as condições propícias para o confronto dos alunos do Mackenzie, liderados por uma organização paramilitar, o Comando de Caça aos Comunistas, o CCC. O resto foi apenas o desenrolar dum plano de ocupação alimentado pela polícia.

Ao começarem as escaramuças entre as duas Faculdades, podia eu perceber, de meu apartamento, o muniamento dos meninos do CCC sob os olhares de aprovação da reitora Esther de Figueiredo Ferraz, que já iniciara sua carreira de

cão de guarda da ditadura militar. Veio a troca de bala de ambos os lados, veio a primeira morte dum aluno secundarista. A administração já se mudara para o campus, mas consegui que uma comissão da Congregação viesse inspecionar o campo de batalha. Enquanto nós nos esgueirávamos pelos muros para ter uma idéia da situação, vi Eurípedes atravessar o pátio interno de cabeça erguida e passos seguros, como se ele ainda estivesse cortando uma rua da Itália, onde servira na II Guerra Mundial. Fomos juntos reclamar do então secretário da Segurança Pública, o célebre jurista Hélio Lopes Meirelles, que nos recebeu com insultos, responsabilizando-nos por tudo aquilo que acontecia. Acabara de dar ordens para que a Faculdade fosse imediatamente ocupada. Larguei essa conversa inútil pelo meio, pela Faculdade de Economia cheguei até o Grêmio e expliquei aos demais alunos a situação. Qualquer resistência era o massacre. Já tínhamos experiência de como a polícia invadia depredando tudo. Felizmente conseguimos sair pelos fundos e nos reunir neste campus. Sabia que nunca mais voltaríamos à Rua Maria Antônia, mas não imaginava ainda que logo depois seríamos cassados e a Faculdade desmembrada, pelos efeitos da contra-reforma universitária de 69.

Uma Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas só poderia ser um resíduo. Nossa força era a aliança com as ciências exatas, que permitia nossa ligação com outros institutos universitários. Uma Faculdade de Humanidades não era um luxo, mas um perigo que deveria ser encapsulado. Para a nova Faculdade começou o período de provação. A despeito dos covardes e dos aliados da ditadura que participavam dela, esta escola sempre manteve uma atitude digna durante todo o período autoritário. Mas, infelizmente, grande parte de seu esforço consumiu-se no ímpeto contínuo e tenaz de manter sua própria dignidade. Sua conquista maior, a instalação da academia como forma de vida, foi sendo enervada por um processo lento de burocratização. Isolada, perseguida, sem recursos, a Faculdade enrugou como um rosto jovem sem alimento. Cada vez mais os professores foram embarricando-se em suas tarefas individuais e os estudantes se dispersando num espaço que nem lhes é propício para formar uma

turma, nem promove aquela inventividade que reúne pelo entusiasmo.

Scria loucura imaginar que tudo está perdido, chorar pelos tempos da Maria Antônia como se chorássemos pelo paraíso perdido. Nem tudo eram flores naqueles tempos, e a burocratização de hoje já deixava ali suas primeiras raízes. Mas é impossível pensar a história dessa Faculdade sem levar em conta as feridas que deixaram a invasão de 68 e as cassações de 69. Em vinte anos articulou-se uma nova geração de professores. Descontadas as enormes falhas de recrutamento, a ausência duma política de formação de quadros e de projetos coletivos, a Faculdade conta hoje com uma massa crítica respeitável. O que ela não soube criar, a meu juízo, é uma nova forma de trabalho intelectual, adequada aos tempos modernos. Aqui se trabalha sozinho.

A degradingolada de seus serviços administrativos pode ser ilustrada por um episódio. De 1969 até 1980 fiquei de fora, trabalhando no CEBRAP, passando rapidamente pela PUC e pela Unicamp. Ao ser anistiado, já tinha engatilhado uma estada de dois anos na Universidade de Columbia, em Nova York. Isto significa que só voltei a esta Faculdade em 1982. Foi com emoção que abri as portas dos fundos e penetrei no corredor, não mais como professor timbrado oficialmente como inimigo público, mas como aquele que era recebido de braços abertos pelos colegas que, com gentileza e determinação política, haviam deixado minha vaga em aberto por mais de dez anos. No entanto, além do carinho, fui recebido por uma golfada de ar pestilento que emanava duma carrocinha de pipocas que preparava suas iguarias bem no meio do prédio. Era difícil conviver com aquela fedentina, pois o pipoqueiro adicionava queijo rançoso à pipoca malcheirosa. Reclamei ao chefe do Departamento. Depois mandei-lhe um ofício cujo teor foi tema bem discutido pelo Departamento de Ciências Sociais. Teria um professor o direito de impedir que um funcionário, provavelmente também em hora de serviço, completasse seu miserável salário fornecendo pipocas engorduradas, vale dizer, mais nutritivas, aos pobres dos alunos? Finquei pé na minha determinação. Afinal de contas, a Universidade não é a palmatória do mundo

e não pode pretender resolver todos os problemas sociais às custas da deterioração de seus serviços. Um belo dia o pipoqueiro desapareceu, mas logo descobri que ele simplesmente se retirava nos momentos em que me encontrava na escola, voltando a seus afazeres tão logo virava minhas costas. Se voltara para a Universidade era para ajudar a mudá-la. Como poderia transformá-la se não tinha força nem mesmo para deslocar um pipoqueiro que trazia ao nosso Parnaso os ares infectos dum vulcão pré-industrial? Só me restava apressar minha aposentadoria, aproveitando dessa lei que permite ao professor aposentar-se depois de trinta anos de serviço, mesmo quando ele se encontra no pico de sua produtividade.

A meu juízo, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas está morta. Resíduo da antiga Faculdade *pars totalis*, ela hoje possui uma estrutura administrativa obsoleta e inconseqüente, tratando do mesmo modo pequenos departamentos como o de História ou Filosofia, e departamentos gigantes como Ciências Sociais e Letras. Urge desmembrá-la em novos institutos, pois só assim emergirão suas forças e se tornarão visíveis suas mazelas encobertas por um travejamento arcaico. Somente dessa forma ficará patente que ela é também resíduo do desastre do ensino brasileiro e que para ela estão ocorrendo suas excrescências mais formosas. Sim, porque esta menina diante da qual eu me encontro pela primeira vez e, quem sabe, também pela última, é o que de mais extraordinário tem produzido o ensino paulista. São os que ousaram estudar simplesmente pelo amor ao estudo, que tiveram a coragem de abraçar uma profissão que não mais existe a não ser no papel, que respondem às suas ansiedades atuais procurando a disciplina dos cursos e dos livros sem computar desde já suas chances no futuro mercado de trabalho. E basta este gesto de aparente irresponsabilidade para mostrar que eles estão mais certos do que aquele estudante obstinado que hoje estuda para uma profissão de aqui a dez anos, porquanto o mercado de trabalho é tão mutável que a profissão rentável de hoje pode ter desaparecido na próxima década. O que vale é esta formação generalizada como matriz das especializações futuras, que recupera o amor ao saber pelo saber, a escola no sentido antigo de ócio, obvia-

mente imbuída das responsabilidades sociais de hoje.

Aqui também está o resíduo de todos os outros cursos, de todas as especializações frustradas, porque a estrutura da universidade, a organização curricular, o curso esclerosado não foram capazes de capturar e valorizar as novas inquietações que esta meninada traz consigo. Para medir a distância entre essas novas forças renovadoras e o arcaísmo das estruturas administrativas, basta mencionar a cretina solução que foi dada ao problema candente da freqüência simultânea a vários cursos. Se muitos estudantes estão burlando a lei e ao mesmo tempo cursando, por exemplo, Filosofia e Física, o que obviamente é um desperdício de vagas num país necessitando urgentemente ampliar sua população universitária, que se cumpra a lei e pereça o mundo jovem, que o aluno escolha entre a Filosofia e a Física, ainda que seu projeto intelectual exija precisamente conciliar dois estudos, opostos só na cabeça do administrador. Não seria mais fácil, mais produtivo, mais respeitoso às condições efetivas dos moços ampliar a permeabilidade curricular e permitir a cada um compor seu próprio curso?

A esta meninada residual quero dar minhas boas vindas. Vocês que não pensam no futuro como carreira burocrática, que acreditam no saber como forma de vida, vocês que não mais possuem aquela obsessão pela militância característica de minha geração mas traduzem suas responsabilidades sociais no trabalho de tecer novas convivências; vocês que não sabem o que fazer e por isso estão dispostos a fazer tudo, sejam bem-vindos. Vocês têm mais coragem do que nós, cujo emprego estava tacitamente assegurado, pois estão dispostos a enfrentar as incertezas do futuro apenas confiando no próprio talento. Sem perder um grão de seriedade, um lance no exercício duma competência, uma oportunidade para enrijecer a disciplina intelectual, tudo indica que o momento é de desprofissionalizar, seja pelo simples fato de que em nossas áreas o treinamento para a profissionalização não assegura profissão alguma. Só assim, creio eu, será possível alimentar uma espontaneidade intelectual capaz de capturar os matizes de nossa modernidade.

Não desanimem se já estão sendo confundidos com colegas irresponsáveis, que pretendem exteriorizar suas desordens internas dos interstícios duma organização administrativa desarticulada. A época lhes pede autodisciplina e pertinácia, o aprofundamento sistemático de suas inquietações juvenis, até que possam descobrir as raízes mais rígidas capazes de alimentar o talento criador de cada um. Não desanimem se encontrarem colegas milhando no velho estilo, que ainda fazem duma política vazia a escapatória de seu desinteresse pelo conhecimento e o veio por onde fazem fluir suas manias autoritárias. Nesta hora grave vocês podem ser tão responsáveis socialmente, tão comprometidos com os destinos deste país gigante e sugado por donos aviltantes e aviltados, como aqueles moços que eu vi tomar na guerrilha urbana, ensangüentados em seu gesto heróico e romântico. Desde que saibam viver a política de seu tempo. E agora urge a reflexão, o encontro de si mesmo, o trabalho de formiga para compreender uma sociedade nova que explode por todos os poros e, desse modo, faz explodir todos os parâmetros com os quais estávamos acostumados a pensá-la. Não desanimem se encontrarem cursos desinteressantes, palavras ocas dum professor que fala mais do que é capaz de dizer ou que simplesmente monta um grande espetáculo oratório para encobrir a banalidade de suas idéias comuns, ou ostentar o entusiasmo de que é tomado ao ouvir sua própria voz. Não desanimem, porque garimpando irão encontrar colegas que vibram no mesmo diapásão e professores dispostos a ouvi-los e começar um diálogo por onde uma reflexão longamente acumulada, uma erudição construída tijolo por tijolo, o espanto pelo mistério longamente cultivado possam fluir duma geração a outra. Mais do que nunca, hoje o processo educativo se resolve olho no olho. A extraordinária informatização do exercício do conhecimento apenas prepara o encontro íntimo. Sem ele a investigação e o ensino se transformam num raio laser, capaz de ler a partitura digital do disco compacto sem cantar.

José Arthur Giannotti, Professor de Filosofia na USP; atual presidente do CEBRAP.

**Novos Estudos CEBRAP, São Paulo
n.º 17, pp. 62-70, maio 87**
